

20  
ANOS

VENEZUELA  
SOBERANIA  
EM JOGO

RACISMO  
A CLASSE MÉDIA  
DESNUDADA

PERFIL  
JORGE, AMADO  
COMUNISTA

# caros amigos

A PRIMEIRA À ESQUERDA

ANO XXI  
Nº 245 / 2017  
R\$ 13,50



## A BICADA TUCANA

FEUDO PAULISTA DO PSDB SE MANTÉM COM BARGANHAS FINANCEIRAS  
E ALIANÇAS ENTRE PODERES E MÍDIA



### ENTREVISTAS

MARCIO SOTELO FELIPPE:  
"DITADURA DE NOVO TIPO"


FERNANDO TEIXEIRA:  
GOLPE REVIVE ATAQUES À JUSTIÇA DO TRABALHO

ALEXANDRE MATIAS • ARAY NABUCO • CLAUDIUS • CYNARA MENEZES • EPITÁCIO MACÁRIO • FREI BETTO • GERSHON KNISPEL • GILBERTO FELISBERTO VASCONCELLOS • GUTO LACAZ • H. RAPHAEL DE CARVALHO • JOÃO BATISTA CESAR • JOÃO PEDRO STEDILE • JOSÉ ARBEX JR. • LENA AZEVEDO • LEONARDO FERNANDES • LILIAN PRIMI • LUIZ GÊ • LU SUDRÉ • MARCOS BAGNO • MC LEONARDO • NINA FIDELES



TUCANATO

# ESTÁ TUDO DOMINADO



**Há décadas no poder em São Paulo, PSDB construiu um feudo com relações escusas e blindagens na mídia e Justiça**

por **Lilian Primi**

**EM 2014**, há dois meses da sexta vitória consecutiva do PSDB nas eleições em São Paulo, o filósofo Vladimir Safatle resumiu os resultados de 22 anos de tucanos no poder no termo “Tucanistão”, reino de realismo fantástico em que teria se tornado o Estado, onde quanto mais sórdido for o governante, tanto mais será amado pelos cidadãos. Uma ironia com o bom e inédito desempenho eleitoral do tucanato em São Paulo a despeito do que chama de “resultados catastróficos” das gestões para a maioria dos paulistas.

“A minha hipótese é que São Paulo sempre teve um PRP, um Partido Republicano Paulista. A elite dirigente paulista se coloca como a mais capacitada para governar o Brasil. Existe uma certa ideia de profissionalismo e modernidade (associada a ela), que é independente dos resultados, porque são catastróficos. São Paulo não é mais referência em nada”, argumenta hoje, três anos depois. E continua. “Nem está submetida a nenhuma virtude moral, porque francamente, um partido que tem casos de corrupção sendo julgados na Suíça e na França (propinas pagas pela Alstom na

construção do Metrô), é a expressão mais clara de uma elite corrupta e incompetente”, argumenta.

Casos de pagamentos de propinas envolvendo os governos do PSDB no Estado não se resumem ao do Metrô, mas o que irá resultar na catástrofe a que se refere Safatle é resultado da aplicação do conceito de Estado mínimo, apregoado nas campanhas tucanas como receita de boa gestão. O relatório da fiscalização, que serviu de base para o parecer do conselheiro Antonio Roque Citadini, do Tribunal de Contas do Estado, a respeito das contas do governador no exercício de 2016, oferece descrição detalhada de como funcionam os contratos em várias áreas do serviço público e expõe “falhas” ou “inadequações”.

O exemplo mais gritante no relatório é a situação da rede de ensino: a quase totalidade das salas de aulas tem mais alunos por turma do que o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o tamanho físico das salas é menor do que o estabelecido por lei e as salas estão em construções inadequadas. O número de escolas com esses problemas variam de acordo com a série e o período,

mas os índices ficam sempre acima dos 70% para os dois parâmetros. As edificações sofrem com falta de manutenção e 92,94% das mais de 5 mil unidades não têm laboratórios de ciências. Uma pesquisa para investigar as razões da baixa adesão dos alunos à merenda distribuída pelo Estado — de 9,6% a 27% do alunado — revela problemas que vão do horário em que é servida, às 10 horas, e talheres, pratos e copos de plástico inadequados, até a presença de cantinas comerciais.

Com relação aos professores, o relatório alerta para o alto índice de temporários — 18,9%, quando a recomendação do CNE é de que não ultrapasse 10%. A presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Maria Izabel Azevedo Noronha, denuncia uma precariedade bem maior, porque o governo tem agido pontualmente para burlar a norma. “Ele tirou a lei 500 e criou categoria ‘O’, que é muito precário”, conta. Somando as duas categorias, o índice de contratos precários sobe para 38,3%. Bebel diz que a situação descrita no relatório está adoecendo a categoria. Em



2014, mais de 9 mil professores da educação básica estavam afastados por doença ocupacional, quase 30% por transtornos mentais e do comportamento, como alcoolismo ou drogadição. Os números são da Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

O relatório revela também que o governo incluiu o valor dos recursos usados para pagar servidores inativos como verba investida em ensino, o que garantiu a determinação constitucional de reservar 30% do orçamento para educação. Sobre esta fraude contábil, uma inconstitucionalidade grave e que poderia levar à não aprovação das contas, os conselheiros do Tribunal se limitaram a recomendar que, a partir de 2018, a estratégia não mais seja usada. A receita neoliberal de gestão pública fica mais clara no item que analisa os contratos com empresas que preparam e distribuem merendas. O relatório recomenda substituir a forma de cálculo do preço do serviço, feito com base no número de refeições servidas, porque este consumo estaria superestimado, em média, em mais de duas vezes o real — “(...) é importante destacar que os pagamentos efetuados pela Secretaria correspondem, para o conjunto das escolas envolvidas na fiscalização, a um número de refeições mais de duas vezes superior ao apurado através das filmagens dos intervalos”, cita o relatório. A diferença é de mais de 130% entre outubro a novembro de 2016: quase 8 mil refeições (R\$ 7.196,85) segundo os documentos de cobrança, mas pouco menos de 4 mil (R\$ 3.088,93), segundo a fiscalização. Os fiscais não conseguiram concluir se as refeições servidas estavam de acordo e obedeciam às normas legais, ou mesmo se seguiam as orientações do Programa de Enriquecimento da Merenda Escolar (Peme), que faz uma suplementação de verbas por meio de repasse da União para a compra de frutas, verduras e legumes. Eles não conseguiram relacionar as notas fiscais apresentadas na prestação de contas com as compras que seriam necessárias.

“A análise das notas fiscais, que integram as prestações de contas dos recursos Peme do mês de setembro de 2016, revela que as quantidades de frutas e hortaliças adquiridas não seriam suficientes para fornecer aos alunos cadastrados no programa as porções exigidas pelo PNAE”, diz o relatório, que con-

tinua: “A diferença entre os resultados desta e os de todas as demais unidades pode ser explicada — ao menos parcialmente — pela ausência em suas notas fiscais não apenas de gêneros alimentícios indispensáveis

ao preparo da maior parte das refeições — sal, óleo, alho, vinagre etc. — como também de diversos ingredientes previstos nos cardápios elaborados pelo DAAA para o período — cebola, pimentões verdes e amarelos etc.”

Os autores apresentam duas prováveis explicações para a não existência desses ingredientes e concluem que a mais próxima da verdade é a de que as notas não refletiriam as compras reais, apontando em seguida outra irregularidade para corroborar essa hipótese: “Para a credibilidade desta segunda hipótese concorre — além da baixa probabilidade de que nenhuma das preparações servidas no período tenha, entre seus ingredientes, alimentos como sal, alho e cebola — o fato de a prestação de contas do mês de setembro de 2016 ser integrada por apenas duas notas fiscais (*uma relativa aos anos iniciais e a outra, aos finais e médio*), ambas emitidas no mesmo dia: 23/09”. Embora ressaltem que o problema com as notas se repete em todas as escolas da amostra, com uma única exceção, os técnicos argumentam que as “limitações da amostragem utilizada” não permitem concluir que o erro ocorre também nas 5.170 escolas do Estado, ou que, dos R\$ 234,85 mil destinados ao pagamento das terceirizadas em 2016, R\$ 133,62 mil (57% do total) correspondam a pagamentos indevidos. A conclusão é de que há indícios de “prevalência de condições que favorecem tanto a superestimação do nível de aceitação do programa quanto o descontrole da contagem diária de comensais”. O que irá embasar a aprovação das contas mediante uma simples recomendação para que se altere a forma de cálculo do valor a ser pago. E fica nisso, “arquite-se”.

## Crise de segurança

A rede de ensino básico, fundamental e médio tem pouco mais de 3,57 milhões de alunos matriculados. Segundo pesquisa publicada no 10º Relatório Anual do Fórum Brasileiro de Segurança, de 2016, 73,4% deles declaram que suas “escolas ficam em áreas violentas, onde ocorrem roubos, furtos, assaltos, trocas de tiros e consumo de drogas”. O texto que apresenta os dados informa que São Paulo tem o segundo maior índice de escolas em áreas violentas, perdendo apenas para Brasília. O Estado concentra ainda aproximada-

## VIOLÊNCIA

As análises do Tribunal de Contas mostram que as metas para a criação de vagas no sistema prisional não foram cumpridas e que, mesmo que tivessem sido, não seriam suficientes para atender o aumento de detentos. “O total de vagas a serem criadas em 2017 e 2018 soma 14.999. Porém, em dezembro de 2016, o déficit do sistema prisional paulista já contabilizava 92.581 vagas”, diz o texto. O TCE concluiu que 34% das 168 unidades prisionais do Estado operam com mais que o dobro da capacidade e que 17% estão com número de presos entre 61% e 100% acima. Apenas 15% tem bloqueador de celular.

Os registros estatísticos relativos à Segurança Pública no Estado revelam ainda um encarceramento em massa crescente, especialmente na população jovem e pobre, assim como o número de mortes em intervenção policial, que em 2015 atingiu 607 pessoas, o segundo maior em dez anos, atrás apenas de 2014, quando foram mais de 700. Segundo esses números, a polícia matou 2,3 pessoas por dia no Estado em 2015. A advogada Luciana diz que em mais de 90% dos casos o Ministério Público pede o arquivamento e o Judiciário atende. O caso mais recente, e angustiante, foi a tentativa de Ivan Sartori de inocentar os mais de setenta agentes condenados pelo Massacre do Carandiru, que teve 111 detentos mortos. O Tribunal do Júri não concordou em inocentá-los, mas anulou o júri, o que fez a ação andar para trás, para novo julgamento.



## DENÚNCIAS

mente 36% da população prisional do País, cerca de 221 mil encarcerados.

No parecer final, que aprova as contas, há só um alerta — para o fato de que os gastos com salários em 2016 ultrapassaram 90% do limite legal, e três ressalvas: relativas à renúncia de receita fiscal e ao pagamento de precatórios, que registra atrasos já identificados no relatório do ano anterior e não sanados, e para a implantação do Detecta, sistema que deveria automatizar o monitoramento da vigilância pública. Assim como no caso dos precatórios, o relatório mostra que os problemas levantados na fiscalização do ano anterior permaneciam em 2016, quando ocorreram outros problemas. O parecer prévio é assinado por Citadini e faz dezessete recomendações, a primeira referente à soma do pagamento dos servidores inativos como investimento em educação. Todos os itens fazem pelo menos uma referência à falta de transparência e envolvem as áreas de investimentos, saúde, transportes, financeira e patrimonial.

**Fascismo social**

No sistema prisional do Estado, a ineficiência na gestão cria situações dramáticas. Além de cadeias superlotadas, algumas com o triplo de presos, sofrem com falta de profissionais, em especial de saúde. A fiscalização apurou que 54,57% (2.359) dos cargos no setor dos presídios estão vagos. São 613 vagas de médicos abertas, ou 94% do total; 403 de técnicos de enfermagem (95,5% do total) e 167 enfermeiros (33%). A quase maioria das unidades prisionais — 80% — não conta com uma equipe mínima de saúde e 57,83% não têm médico. Dessa forma, o índice de médico por preso, que deveria ser de um para quinhentos, segundo resolução do Ministério da Justiça, em São Paulo é de um para 1.730 presos. O preso doente só pode ser tratado se for removido para uma unidade do Sistema Único de Saúde (SUS), mas é preciso agente penitenciário para escoltá-lo, outra “figurinha difícil”. O quadro de agentes está com 40% das vagas em aberto. A situação é um dos argumentos utilizados pela advogada Luciana Zaffalon, especialista em gestão pública e pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para afirmar que vivemos num sis-

**Metrô/CPTM** — Ministério Público da Suíça envia documentos com o registro de que ao menos 34 milhões de francos franceses teriam sido pagos em subornos pela Alston a autoridades do governo tucano e a políticos paulistas no período de 1998 a 2001, durante as negociações de contratos para construção do Metrô. Envolvidos: David Zylbersztajn (genro do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso), Andrea Matarazzo (ex-secretário de Coordenação das Subprefeituras da cidade de São Paulo) e Mauro Acre (ex-secretário estadual dos Transportes). Em outro caso nas licitações do Metrô, aparece a Siemens, que seria líder de um cartel com outras treze empresas. Os prejuízos chegam a R\$ 425 milhões.

**Máfia da merenda** — Em 2014, operação da Polícia Federal “Alba Branca” denuncia esquema de superfaturamento de 25% no valor pago pela merenda com base em delação feita pelos agentes da Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar (Coaf). Envolvidos: deputado Fernando Capez (PSDB-SP), presidente da Alesp na ocasião, e o ex-chefe de gabinete da Casa Civil de Alckmin, Luiz Roberto dos Santos, o Moita. Casos anteriores: Em 2000 (governo de Mario Covas), houve denúncia de contratos sem licitação com as empresas de Sérgio de Nadai, De Nadai Alimentação e Convida Alimentação. Em 2009, novamente a Convida Alimentação é citada como parte de um cartel, que envolvia também a Verdurama. Envolvido: cunhado de Alckmin, Paulo César Ribeiro. Em 2012, o cartel foi denunciado pelo MPE, que apontou fraudes em licitação em 57 municípios paulistas entre 2001 e 2011. Sérgio Nadai voltou a fechar contratos com as secretarias de Educação, Planejamento e Saúde do governo Alckmin no valor de R\$ 75 milhões (2001 a 2011).

tema político democrático, porém em uma sociedade fascista.

No seu doutorado em administração pública e governo, na Escola de Administração de Empresas da FGV, Luciana estudou o funcionamento do sistema de Justiça e a forma como se dá o imbricamento entre as demandas corporativas e as políticas de segurança pública e penitenciária. Ela explica, neste trabalho, que o fascismo social “ocorre no nível das relações sociais: a parte mais forte tem um poder tão superior ao da parte mais fraca que lhe permite dispor de um direito não oficial de veto sobre as necessidades ou as aspirações da vida digna da parte mais fraca”. E continua: “Quanto mais se restringirem os direitos sociais e econômicos e quanto menos eficaz for a ação judicial contra as violações de direitos existentes, maior será o campo do fascismo social”.

Uma das análises da tese envolveu a forma como as duas últimas presidências do Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo reagiram aos pedidos do governo de suspensão de decisões de cortes de primeira instância de casos envolvendo os sistemas de segurança pública e prisional. “Durante as duas últimas gestões do Tribunal, do Ivan Sartori e do Renato Nalini, em apenas um caso o governo não foi atendido. Isso é dramaticamente grave, porque estamos falando aqui de situações dramáticas como, por exemplo, o de uma unidade onde no ano anterior sessenta pessoas morreram por falta de assistência médica”, conta a pesquisadora. Luciana se refere a uma decisão judicial que obrigava a instalação de duas equipes mínimas de saúde naquela unidade, em Serra Azul, região de Ribeirão Preto, suspensa pela presidência do Tribunal. “Para chegar a uma decisão dessa natureza já foi necessário romper uma série de dificuldades. Tem o Ministério Público ou a Defensoria Pública entrando com processo, conseguindo decisão favorável e tem o governo de Estado requisitando diretamente ao presidente do TJSP a suspensão dessa decisão e sendo atendido em quase 100% dos casos. E são todos casos muito graves, como esse que acabei de relatar”, afirma.

De outro lado, segundo as investigações de Luciana, o único tipo de ação em que o governo perdeu em todos os casos se referiam a questionamentos da superação do teto para



os salários no funcionalismo público definidos na Constituição, não necessariamente dos funcionários do Judiciário, o que estaria criando uma jurisprudência. “O que me chama especial atenção nessa dinâmica é o fato que, ao mesmo tempo em que decide a favor do governo, quase invariavelmente trazendo o argumento de que não havia previsão orçamentária, nesse mesmo período o Tribunal ficou com 21% das suplementações orçamentárias do Estado, em negociações de orçamento mantidas diretamente entre a presidência do Tribunal e o Executivo”, aponta a pesquisadora. Somando a fatia das suplementações que foram para o Ministério Público (4,1%) e Defensoria (0,5%), o Judiciário ficou com um quarto das suplementações em 2015.

A pesquisadora também analisou os salários e descobriu que no MPSP, apenas sessenta — ou 3,1% — dos 1.920 registros anotaram rendimentos mensais médios abaixo do teto, que é de R\$ 33.763,00. Um procurador ganha, em média, R\$ 46.036,30 fora o décimo terceiro e as férias. O ganho acima do teto é viabilizado pelos complementos, como auxílio moradia, alimentação e outros, chamados pejorativamente de “penduricalhos”, que não são considerados salário e aumentam a remuneração em 62,5% em média. Segundo o levantamento da pesquisa, o MPSP recebeu, em 2015, créditos adicionais no valor de R\$ 216.402.986,00. Sem os penduricalhos, que custaram R\$ 421.014.854,37, esse adicional não seria necessário e ainda haveria uma sobra de mais de R\$ 204 milhões.

Na Defensoria, a média salarial é menor, R\$ 26.980,00. E no TJ, a pesquisa apresenta a média salarial informada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que é de R\$ 45.906,00, porque os dados apresentados pelo sistema de transparência estavam desorganizados e com mais de 200 páginas, inviabilizando a análise. A título de referência, a pesquisa comparou os ganhos dos magistrados e procuradores paulistas com os salários de colegas na França, Alemanha, Portugal e Suécia e descobriu que os procuradores do MP ganham duas vezes o valor do salário nominal dos alemães; e que quem está na Defensoria paulista recebe salários maiores do que os defensores alemães, portugueses e suecos.

**CPI dos Pedágios** — Em maio de 2014, a CPI dos Pedágios instalada na Alesp denunciou os preços elevados e colocou em suspeita contratações de consultorias pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) no valor de dois terços de sua receita. Também foi questionada a prorrogação de contratos firmados em 1998 por meio de aditivos (diretamente pelo executivo, portanto) assinados no final de 2006. CPI concluiu que não havia irregularidades.

**Rodoanel** — Em 2010, a Operação Castelo de Areia da PF denunciou o pagamento de propinas e incriminou Arnaldo Madeira, ex-chefe da Casa Civil (Governo Alckmin), responsável pela checagem das obras do Rodoanel e do Metrô; Luiz Carlos Frayze David, presidente do Metrô entre 2003 e 2007; e o ex-diretor da Dersa, Paulo Preto, de receber propinas da Camargo Corrêa. No dia 5 de abril de 2011 a operação Castelo de Areia foi anulada pela 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça. Antes, em novembro de 2009, as investigações sobre o acidente com três vigas de um viaduto em obras no trecho sul do Rodoanel, que caíram sobre a Rodovia Régis Bittencourt encontraram um laudo do TCU de abril daquele ano, denunciando superfaturamento de 30% na construção do trecho em questão e que apontava a alteração de métodos construtivos para reduzir custos, como diminuição do número de vigas.

**CPI da Eletropaulo** — Privatizada em 1998, a Eletropaulo foi vendida para o consórcio Lightgás, liderado pela AES Corporation, por R\$ 2 bilhões — parte do valor financiado pelo BNDES —, considerado baixo pela oposição, que só conseguiu instalar uma CPI para investigar as razões depois da denúncia da Alstan ao MP Suíço, dez anos depois, em 2008. Alckmin liderou o processo de privatização na época como presidente do Programa Estadual de Desestatização (PED) do Governo Covas. As denúncias envolvem ilegalidades formais e improbidade administrativa praticada pelo BNDES na concessão do empréstimo. A CPI foi encerrada no mesmo ano.

## ● Núcleo

“A força da elite paulista vem do grupo”, diz Safatle. O que também é visto pelo economista e professor na **Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)**, Plínio de Arruda Sampaio Junior, ironiza: “Brinco que meu ídolo político não é Lenin ou Trotsky, mas Alckmin. Com tantos malfeitos e se mantém blindado. O que acontece aqui na verdade é uma espécie de democracia blindada, em que os tucanos aparelharam completamente o Estado. Controlam o Judiciário e o Legislativo”.

A tese de Luciana traz, pela primeira vez, dados que demonstram esse aparelhamento no sistema judicial, ao investigar, além das decisões das presidências do TJSP nas ações contra o Executivo, também o papel deste nas reformas corporativas. O resultado fecha o círculo do conluio. A maior taxa de aprovação entre os projetos debatidos na Assembleia Legislativa (Alesp) é a das proposições de Alckmin, que teve aprovados 91% dos 31 projetos de lei propostos. O total de proposições normativas encontradas no levantamento de Luciana é de 537, das quais 47% envolviam vantagens, bonificações, gratificações ou abonos e outros 47%, a possibilidade de suplementação para custeio de reformas já aprovadas.

Para Luciana, os altos salários afastam os magistrados e procuradores da sua função pública. “Ao mesmo tempo que tem um sistema de Justiça que opta por não garantir o mínimo de dignidade para as pessoas presas, deixa de vivenciar uma experiência democrática e republicana, de pesos e contrapesos, para viver num sistema em que bate recordes de letalidade policial, o aprisionamento em massa é realidade dramática que vivenciamos cada vez de forma mais profunda, e os órgãos com responsabilidade sobre isso, na minha leitura, têm sido neutralizados por práticas remuneratórias que levam a uma atuação elitista do nosso sistema de Justiça”, afirma.

A abertura de créditos adicionais, segundo a Constituição estadual, tem que ser analisada e aprovada pela Alesp, mas não tem sido assim. “Durante todo o período analisado, a Lei Orçamentária saiu da Assembleia com uma autorização específica para o Executivo fazer essa análise. A Assembleia abre mão de sua atribuição e a transfere para o gover-



no, que passa a negociar diretamente com as carreiras jurídicas assim como com outros órgãos”, explica a pesquisadora. “O Executivo tem sempre uma margem de manobra no orçamento que permite fazer suplementação para quem ele quiser. Infelizmente é assim”, diz o deputado estadual Carlos Giannazi (PSol-SP). “Também acho que não deveria ser assim, mas aqui, ele (o Alckmin) tem o controle total. Aprova o que quiser”, conta. E também impede ações de investigação contra seus aliados. Alckmin e sua base de governo na Alesp barraram pelo menos cem CPIs entre 2003 e 2010 e continuam enterando investigações.

Giannazi é deputado estadual há dez anos e, da mesma forma que Safatle e Plínio de Arruda Jr, credita parte do sucesso eleitoral do PSDB à falta de uma oposição capaz de se contrapor a ele também no interior. “E o Alckmin, ou o PSDB, controla muitas prefeituras, muitas câmaras, com emendas parlamentares, com obras e nomeações. Os municípios pequenos são dependentes disso, o que tem um peso grande para o deputado da região”, afirma. “O PT não tem programa qualitativamente alternativo para o Estado de São Paulo”, acrescenta Plínio Jr. E segundo Safatle, também não conseguiu formar lideranças. “A condução do PT da política no Estado foi catastrófica. As lideranças regionais foram abortadas, outras foram para a estrutura nacional. Palocci, Machado, Pietá. Todos eles foram abortados, foram sendo queimados. Não houve uma dinâmica orgânica”, diz Safatle.

A força do PSDB nas cidades pequenas do interior paulista é confirmada pela análise dos pleitos feita por Danilo Cesar Fiore, que estudou a hegemonia do partido nas disputas eleitorais no Estado, o que considera um fenômeno político, em sua dissertação de mestrado no Departamento de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo (USP). Segundo apurou, o PSDB foi criando uma base social com eleitores de maior escolaridade e renda no âmbito nacional, mas em São Paulo registrou um crescimento expressivo também nos segmentos populares. “Nas eleições para o governo do Estado entre 1994 e 2014 em São Paulo, o PSDB obtém um importante suporte entre os estratos populares. Tal perfil se mantém mesmo após 2006, quando a base social de sustentação eleitoral do parti-

**Cratera do Metrô** — Em janeiro de 2007 um desmoronamento na obra da Linha Amarela do Metrô, no canteiro de construção da estação de Pinheiros, matou sete pessoas e abalou a estrutura de vários imóveis na região. Nessa ocasião, o Sindicato dos Metroviários apontou outros onze acidentes desde o início das obras nessa linha, um deles com vítima fatal. Laudos do Instituto de Pesquisa Tecnológicas (IPT) do Instituto de Criminalística (IC) apontaram como causa a execução inadequada do projeto pelo Consórcio Via Amarela e falhas na fiscalização do Metrô. Até hoje o processo não se encerrou e ninguém foi julgado pelas mortes.

**Favorecimento na Nossa Caixa** — Denúncia de irregularidades nas verbas publicitárias do banco, que operou por um ano e meio com contratos vencidos (R\$ 28 milhões) com as agências de publicidade Colucci & Associados Propaganda Ltda. e Full Jazz Comunicação e Propaganda Ltda. O então assessor-chefe de comunicação de Geraldo Alckmin, Roger Ferreira, que também era assessor da presidência da Nossa Caixa, teria desviado parte das verbas para as campanhas de Fernando Henrique Cardoso e José Serra.

do em nível nacional torna-se mais identificada com eleitorado de estratos socioeconômicos mais elevados.” E identifica os maiores números de votos nas menores cidades.

Outro elo da “receita de sucesso” neste círculo é a mídia, que se dedica a desqualificar os adversários do partido e a esconder os malfeitos tucanos: evita ao máximo citar nomes do partido, não cobre absolutamente o governo e quando não pode ignorar o fato, faz associações genéricas, em geral para a instituição, e protege os gestores. “É um aspecto específico da mídia paulista. Não publica nada. O governo não é coberto, da mesma forma que a Alesp. A relação se limita à imprensa local, que cobre alinhada com o governo. A mídia nacional — escrita e televi-

siva — ignora”, diz Eduardo Tadeu Pereira, coordenador do Projeto São Paulo, da Fundação Perseu Abramo, que estuda a mídia. Com essa estratégia, a corrupção do Metrô e da CPTM vira “do Cartel” nas manchetes e o ajuste de tarifas de ônibus, nas manchetes publicadas, foi assinado por Fernando Haddad e pelo governador. “Assim, a imagem do Alckmin é a do bonzinho”, diz.

Na Alesp, Giannazi diz que a queda de braço por verbas dentro da base do governo às vezes abre espaço para os partidos de esquerda, mas em geral, não é possível fazer nada. Os três partidos da oposição somam 18 deputados, contra 76 da base. “Muitos deputados dependem das emendas parlamentares para se reelegerem. Neste primeiro semestre o Alckmin não estava liberando e a base ficou irritada. Em tese, todo deputado tem direito a 2 milhões por ano em emendas. Na véspera do recesso, se rebelou e o Alckmin liberou uma parte delas, não todas. Falo sempre que aqui é um puxadinho do Executivo, um cartório, que apenas homologa a decisão do Palácio dos Bandeirantes. Há muitos anos é assim”, descreve.

Para Plínio Jr., a população não reage também por medo de bombas. “Tem uma política extraordinariamente truculenta com os movimentos sociais, para deixar tudo a zero, sem espaço. A crise da água ameaçou o abastecimento de 20 milhões de pessoas, a falência da educação chegou ao ponto dos meninos terem de ocupar as escolas, na rede universitária há o sucateamento violento da USP, Unesp e da Unicamp. Tivemos a crise da dengue. No entanto, continuam hegemônicos nos votos e a minha hipótese é essa: é uma democracia blindada, hipócrita”, diz. Ele cita ainda a ala direita da Igreja Católica, que faz um apoio explícito a Alckmin por meio da *Opus Dei*. “A blindagem funciona nas rádios, na igreja e sem contraditório”, conclui.

O levantamento de Luciana corrobora o economista. Entre janeiro e agosto de 2016, o total de artefatos que a PM paulista explodiu em manifestantes, correspondem a uma média de 158 bombas de gás por dia, a maioria de carga múltipla, fumígena, que intoxica e asfixia. No ano anterior, essa média foi de 99 bombas. **C**

**Lilian Primi é jornalista.**